

Em busca de mulheres na literatura: de ilustres desconhecidas às novas edições

In search of women in literature: from illustrious unknowns to new editions

Juliana Maia de QUEIROZ*

Universidade Federal do Pará (UFPA)

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo apresentar algumas das discussões levantadas por pesquisadoras brasileiras nas últimas décadas acerca do apagamento de inúmeras e importantes escritoras da historiografia literária e do seu recente reposicionamento a partir de pesquisas em fontes primárias com foco na autoria de mulheres no campo da literatura. Tendo sido vítimas de memoricídio (Duarte, 2022), muitas foram aquelas que escreveram e publicaram poemas, peças de teatro, romances, contos, textos de opinião, tanto em livro quando na imprensa periódica nos séculos XIX e XX, mas acabaram completamente apagadas do cânone literário brasileiro. Assim, o presente artigo busca traçar um panorama desse resgate trazendo alguns nomes com base nas pesquisas de Zahidé Lupinacci Muzart, Constância Lima Duarte, entre outras.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia literária. Mulheres escritoras. Apagamento. Reposicionamento.

ABSTRACT: This article aims to present some of the discussions raised by Brazilian researchers in recent decades regarding the erasure of numerous important women writers from literary historiography and their recent repositioning based on research in primary sources with a focus on the authorship of women in the field of literature. Having been victims of memoricide (Duarte, 2022), many were those who wrote and published poems, plays, novels, stories, opinion texts, both in books and in the periodical press in the 19th and 20th centuries, but ended up completely erased from the Brazilian literary canon. Therefore, this article seeks to provide an overview of this rescue, bringing some names based on the research of Zahidé Lupinacci Muzart, Constância Lima Duarte, among others.

KEYWORDS: Literary historiography. Women writers. Erasure. Repositioning.

* Juliana Maia de Queiroz é doutora em Teoria e História Literária (2011) pelo Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Desde 2014, é professora efetiva de literatura na Universidade Federal do Pará (UFPA), atuando também na pós-graduação com pesquisas relacionadas à história do livro e da leitura; produção, circulação e recepção de romances oitocentistas e romances de autoria feminina. Coordena o grupo de pesquisa "Vozes de Mulheres na Literatura" (CNPq) e é membro do GT A Mulher na Literatura, da ANPOLL. E-mail: jumaiaque@gmail.com

Nos últimos anos, nomes como Maria Firmina dos Reis e Júlia Lopes de Almeida se tornaram bastante conhecidos de um público leitor amplo e diversificado, passando por estudantes e professores de literatura a interessados de modo geral. Como sabemos, contudo, nem sempre foi assim. Muitas mulheres escreveram e publicaram suas obras literárias ao longo do século XIX e início do XX, como é o caso de Maria Firmina dos Reis e Júlia Lopes de Almeida, respectivamente, mas igualmente potente foi o apagamento de seus nomes e de suas coetâneas pelos manuais de historiografia literária. Se consultarmos a maior parte dos livros que traçam um panorama de obras publicadas no Brasil do Oitocentos até meados do século XX, teremos certa dificuldade em encontrar em destaque a autoria de mulheres. Tal fato se deve sobretudo à esparsa ou inexistente valorização do papel da mulher escritora em uma sociedade predominantemente patriarcal. Nesse sentido, e em consonância com Zahidé Muzart, poderíamos pensar então em uma literatura predominantemente feminista produzida por inúmeras escritoras brasileiras:

(...) no século XIX, as mulheres que escreveram, que desejaram viver da pena, que desejaram ter uma profissão de escritoras, eram feministas, pois só o desejo de sair do fechamento doméstico já indicava uma cabeça pensante e um desejo de subversão. E eram ligadas à literatura. Então, na origem, a literatura feminina no Brasil esteve ligada sempre a um feminismo incipiente. (Muzart, 2003, p.267)

Como também nos lembra Constância Lima Duarte (2003), “a primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas data de 1827” (Duarte, 2003, p.153) e outras possibilidades de instrução se limitavam a conventos, algumas escolas privadas geridas por professoras ou, ainda, o ensino doméstico financiado pelos pais. Em outros termos, o acesso à educação formal e, conseqüentemente, à produção literária dependia de vários fatores para as mulheres, não se tornando, portanto, um caminho de portas abertas para a edição, como sempre o foi para os homens de letras. No mesmo artigo, intitulado “Feminismo e literatura no Brasil”, a pesquisadora propõe uma compreensão mais ampla do movimento feminista em nosso país desde o século XIX, começando por desmistificar o que ela chama de “tabu do feminismo” (Duarte, 2003, p.151), caracterizado pelo forte preconceito em relação ao termo, tendo sido rejeitado, inclusive, por várias escritoras que temiam uma visão depreciativa de suas obras. Em suas palavras, “feminismo poderia ser compreendido em um sentido amplo, como todo gesto ou ação

que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos.” (Duarte, 2003, p. 152). Assim, muitas de nossas escritoras tiveram uma produção literária marcada por denúncias e/ou reivindicações de ampliação de direitos para as mulheres. Nesse sentido, a escritora Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885) foi uma das primeiras mulheres a publicar textos explícitos sobre a temática. Seu livro inaugural, *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1832), defende o direito das mulheres ao trabalho e à instrução, devendo ser valorizadas enquanto seres dotadas de inteligência e capacidades múltiplas para além daquelas comumente associadas à figura materna, ou seja, procriar, nutrir os filhos e educar a prole. Ao lado de Nísia Floresta, destacam-se outros nomes, todos eles apagados da maioria dos manuais de historiografia literária, tais como a mineira Beatriz Francisca de Assis Brandão (1779-1860) e as gaúchas Clarinda da Costa Siqueira (1818-1867) e Delfina Benigna da Cunha (1791-1857), sendo que todas publicaram textos literários na imprensa da época, mas depois acabaram esquecidas. Outro nome importante é o da argentina Joana Paula Manso de Noronha (1819-1875) que, radicada no Brasil, fundou o *Jornal das Senhoras* em 1852 no Rio de Janeiro. Segundo a pesquisa de mestrado de Carolina de Novaes Rêgo Barros¹, a atuação de Juana Manso à frente do jornal tinha claramente um objetivo emancipatório e, portanto, feminista. Por meio das análises dos anúncios veiculados tanto no próprio jornal como em outros periódicos, nota-se a publicação de artigos acerca da emancipação feminina, ao lado de dicas de moda e obras literárias, como era comum na imprensa periódica daquele período (Barros, 2024). Ao lado de Juana Manso, muitas foram as mulheres que publicaram em jornais e revistas no Brasil seus romances, poesias, peças de teatro e textos de opinião.

Já na apresentação de outro importante trabalho, “Senhoras de Minas Gerais. 1885-1932”, antologia das mulheres do estado de Minas Gerais que publicaram nos almanaques de lembranças luso-brasileiros, em Portugal, a pesquisadora Constância Lima Duarte assim se posiciona acerca da relação entre imprensa e consciência feminista no Brasil oitocentista:

¹ A autora desenvolveu pesquisa de mestrado sob minha orientação no programa de pós-graduação em Letras, da Universidade Federal do Pará, acerca da trajetória literária de Joana Paula Manso de Noronha no Brasil oitocentista.

(...)a imprensa, a literatura e a consciência feminista surgiram praticamente ao mesmo tempo no Brasil, nas primeiras décadas do século XIX. Assim que tiveram acesso ao letramento, imediatamente as mulheres se apoderaram da leitura, que por sua vez as levou à escrita e à crítica. E, independentemente de serem poetisas, ficcionistas, jornalistas ou professoras, a leitura lhes deu consciência da exceção que representavam no universo de mulheres analfabetas, bem como da condição subalterna a que o sexo estava submetido. Mais do que livros, foram, portanto, os jornais e revistas os primeiros e principais veículos da produção letrada feminina, verdadeiros espaços de aglutinação, divulgação e resistência, ainda que muitas enviassem seus trabalhos ocultando os próprios nomes, ora usando pseudônimos, ora assinando apenas com as suas iniciais. (Duarte, 2018, p.21.)

Passadas essas primeiras décadas de consolidação de uma maior escolarização e instrução para as mulheres brasileiras, faz sentido, portanto, pensarmos em conjunto com a pesquisadora, acerca de uma segunda onda feminista no Brasil, que teria surgido justamente por volta de 1870, trazendo em si uma característica predominante: a publicação de inúmeros periódicos dirigidos por mulheres e/ou contendo textos feministas no Rio de Janeiro e em diversos pontos do país. Entre as principais reivindicações, estavam o direito ao ensino superior e ao trabalho remunerado:

Dentre tantas jornalistas, destaco ainda Josefina Álvares de Azevedo (1851-1913), que com mais ênfase vai questionar a construção ideológica do gênero feminino e exigir mudanças radicais na sociedade. *A família*, o jornal que dirigiu de 1888 a 1897, primeiro em São Paulo e depois no Rio de Janeiro, destacou-se principalmente pelo tom assumidamente combativo em prol da emancipação feminina por questionar a tutela masculina e testemunhar momentos decisivos da história brasileira e das investidas das mulheres na luta por mais direitos. (Duarte, 2003, p. 157).

A citação justifica-se na medida em que dá destaque a uma personalidade, Josefina Álvares, que defendeu veementemente, ao lado de suas coetâneas, o direito ao voto feminino e à independência financeira das mulheres por meio de sua instrução superior e consequente profissionalização. Não podemos deixar de ressaltar que muitas das conquistas femininas no século XX se consolidaram, como o direito ao voto, por exemplo, a partir da luta dessas mulheres escritoras do Oitocentos. A terceira e quarta ondas feministas, conforme explanação de Constância Lima Duarte no mesmo artigo, se dão no século XX já: em meados dos anos trinta e, a última, nos anos setenta.

A data de 1932 pode ser considerada um marco, pois em 24 de fevereiro desse ano, por meio de um decreto do então presidente Getúlio Vargas, as mulheres brasileiras finalmente conquistaram o direito de votar. Nessa primeira metade do século XX, Duarte destaca alguns nomes, como por exemplo o da cientista Bertha Lutz (1894-1976), uma

das responsáveis pela fundação da Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Além dela, o da escritora Maria Lacerda de Moura (1887-1945), cuja obra *A mulher é uma degenerada* (1924), alcançou três edições até 1932, sendo a quarta mais recente, publicada em 2018, pela Tenda de Livros. Outros nomes femininos e títulos literários também são dignos de nota nesse período: Ercília Nogueira Cobra (1891-?) cuja obra *Virgindade anti-higiênica. Preconceitos e convenções hipócritas* (1924), publicado pela editora de Monteiro Lobato, causou muita polêmica por seu conteúdo explicitamente feminista, e pouco depois foi retirada de circulação. Tal obra defende a tese de que todas as mulheres deveriam ter direito à mesma liberdade política, social e sobretudo sexual garantida aos homens. Por meio de uma linguagem coloquial e bastante crua, desafiando o que se esperava de uma escrita feminina amorosa de evasão, o seu conteúdo acabou inacessível ao público leitor por muitos anos.

Recentemente, a Editora Luas trouxe à luz uma nova edição tanto dessa obra quanto do romance utópico *Virgindade Inútil, novela de uma revoltada* (1927), narrativa de forte teor crítico em relação à sociedade patriarcal vigente e todas as instituições mantenedoras de comportamentos que subjugavam tanto mulheres quanto pessoas menos favorecidas. Vale ressaltar que no ano de 2022, a Editora Carambaia também lançou uma nova edição da obra *Virgindade Inútil, novela de uma revoltada*, com importante estudo biobibliográfico dessa autora esquecida pelos manuais literários modernistas. Outros dois nomes destacados no artigo de Constância Lima Duarte são o da poetisa Gilka Machado (1893-1980), bem como Adalzira Bittencourt (1914-1976), advogada, escritora e feminista, responsável por organizar em 1946, no Rio de Janeiro, a primeira exposição do livro feminino. Como se sabe, *Meu glorioso pecado* (1928), de Gilka Machado, é considerado um dos primeiros livros de poesia erótica publicados por uma mulher na literatura brasileira. Em relação à escritora Adalzira Bittencourt, destaca-se sua iniciativa de produzir e publicar o *Dicionário biobibliográfico de mulheres ilustres, notáveis e intelectuais do Brasil*, de 1969, mas interrompido em 1976 por conta de sua morte. Muitos outros nomes de mulheres escritoras e ativistas, como sabemos, têm sido lembrados e muitas obras reeditadas pela iniciativa de editoras menores, mas não menos importantes, como é o caso da *Editora Luas*, de Minas Gerais, que publica apenas obras de e sobre mulheres. A título de exemplo, lembramos também da *Editora Carambaia*, que reeditou obras de Júlia Lopes de Almeida, da escritora Chrysanthème (1870-1948), pseudônimo

de Cecília Moncorvo Bandeira de Melo Rebelo de Vasconcelos, importante nome da literatura brasileira das primeiras décadas do século XX, bem como de Iracema Guimarães Vilela, praticamente esquecida, juntamente com seu romance de estreia *Nhônô Rezende* (1918), só agora reeditado. Destacamos ainda, nesse sentido, a *Editora Janela Amarela*, que tem sido responsável pela reedição de quase todos os títulos de Júlia Lopes de Almeida, ao lado de Ignez Sabino, Nísia Floresta, Chrysanthème, Francisca Clotilde, entre outras.

Contudo, não se pode olhar para os projetos editoriais contemporâneos de resgate de autoras apagadas não só da historiografia literária, mas das estantes de livrarias por mais de um século, sem fazermos um recuo às últimas décadas do século XX. E aqui voltamos ao mesmo artigo da pesquisadora Constância Lima Duarte sobre as fases do feminismo no Brasil que vem guiando nossa escrita. Queremos crer que, o que ocorre hoje, seja fruto desse movimento intenso de valorização da mulher nas Letras ao longo do século XX em seu sentido mais amplo: crítica, historiografia e edição literárias, movimento esse que teria começado a partir dos anos setenta do século passado, momento em que os movimentos sociais ganham força contra a ditadura militar juntamente às conquistas feministas como o direito ao controle de natalidade por meio da pílula anticoncepcional, da própria revolução sexual e da ampliação da formação universitária estendida às mulheres.

Nesse sentido, não por acaso a partir dos anos setenta, muitos jornais são fundados e dirigidos por mulheres, a exemplo do *Jornal Brasil Mulher* (1975); *Nós, Mulheres* (1976); *Mulherio* (1981) com temáticas perpassando desde a anistia política ao aborto, bem como questões relacionadas à mortalidade materna; ao trabalho feminino; à dupla jornada para as mulheres; à sexualidade feminina; ao preconceito racial; à mulher na literatura, no teatro e no cinema. Como consequência, ao longo dos anos oitenta, são consolidados nas universidades os grupos de trabalho com pesquisas relacionadas à produção literária da mulher não apenas enquanto personagem, mas também e sobretudo como autora. Nesse sentido, um marco a ser considerado seria a criação do Grupo de Trabalho “A mulher na literatura”, em 1986, da Associação Nacional de pós-graduação e pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL), que reuniu pesquisadoras e pesquisadores com estudos já em andamento sobre a presença da mulher na literatura em todo o Brasil.

Contudo, sabemos bem que mesmo em se tratando das últimas décadas do século XX, a pesquisa em fontes primárias era muito mais trabalhosa, uma vez que a maioria dos periódicos não se encontrava ainda digitalizada e muitas das obras literárias estavam praticamente indisponíveis à consulta pública, sendo limitadas a sebos raros ou bibliotecas mais especializadas. Atualmente, ocorre justamente o contrário, pois qualquer leitor ou pesquisador, por meio do acesso à internet, pode consultar o acervo da hemeroteca digital e tantas outras obras disponíveis em diversas plataformas digitais.

Em décadas anteriores, muitas das obras escritas por mulheres acabaram ficando “escondidas” ou “esquecidas” de editores, críticos, estudiosos e leitores. E foi graças ao esforço hercúleo de algumas pesquisadoras, a exemplo de Zahidé Lupinacci Muzart, que a história literária protagonizada por mulheres pôde ser e vem sendo recontada. Nesse sentido, um dos trabalhos de pesquisa mais completos é o seu livro *Escritoras brasileiras do século XIX* (1999), pela Editora Mulheres. A antologia, em três volumes, traz à luz mais de 150 vozes de autoras que foram negligenciadas pela historiografia e crítica literárias. Vale ressaltar que a Editora Mulheres, idealizada e fundada em 1995 por Zahidé Muzart, em parceria com duas professoras da Universidade Federal de Santa Catarina, também foi responsável por trazer à luz inúmeros títulos de autoras oitocentistas que haviam sido completamente esquecidas, tais como Ignez Sabino, Maria Benedicta Camara Bormann [Délia], Maria Firmina dos Reis, Emília Freitas, Carmem Dolores, Julia Lopes de Almeida, entre outras autoras nacionais e internacionais. Assim, paulatinamente, pesquisadores e editores voltam-se cada vez mais para o estudo sobre autoria feminina e edição de obras escritas por mulheres, movimentando o campo literário como um todo.

Constância Lima Duarte, no que se refere ao resgate de escritoras e obras escritas por mulheres, organizou mais recentemente uma importante coletânea intitulada *Memorial do Memorícídio*, publicada em Belo Horizonte, pela Editora Luas:

E chegamos ao cerne do problema: aquelas que ousaram exhibir o brilho de seu intelecto e romperam os limites impostos pelo poder patriarcal, publicando livros e fundando jornais, tornaram-se depois ilustres desconhecidas porque foram sistematicamente alijadas da memória e do arquivo oficial. Foram – em outras palavras – *vítimas de memorícídio*, conceito que designa o assassinato da memória e de uma cultura. No caso das mulheres, *memoricídio* pode também designar o processo de opressão e

negação da sua participação ao longo da história (Duarte, 2022, p. 16).

O *Memorial* traz em seu primeiro volume quarenta verbetes de autoras que publicaram do século XVIII, como é o caso de Teresa Margarida da Silva e Orta, ao século XXI, a exemplo de Ruth Guimarães, que morreu em 2014. De igual modo, atendendo a uma demanda que parece ser bastante atual do mercado de leitores e pesquisadores, muitas têm sido as reedições de obras de autoras oitocentistas. Basta uma pesquisa rápida no *Goole* com os nomes de Maria Firmina dos Reis, Emília Freitas e Júlia Lopes de Almeida, por exemplo, e o leitor se depara com inúmeras edições, das mais simples às mais caras e sofisticadas. Vale lembrar que Maria Firmina foi a grande homenageada da Feira Literária Internacional de Paraty no ano de 2022 por ser considerada a primeira romancista negra e abolicionista do Brasil ao publicar, na então província do Maranhão, o romance *Úrsula*, no ano de 1859.

Outra iniciativa que merece destaque é a coleção *Escritoras do Brasil*, publicada pela Editora do Senado Federal, pois disponibiliza ao público um conjunto de obras impressas e também no formato digital, de acesso livre:

A coleção *Escritoras do Brasil* busca divulgar o trabalho intelectual das escritoras brasileiras de escassa ou nenhuma presença no cânone literário, valorizando, assim, as atividades, a produção e o pensamento da mulher na construção da história do Brasil. Visa preencher um vácuo na produção editorial no que se refere à publicação de autoras brasileiras, continuamente esquecidas pela divulgação e estudos literários. (Coleção *Escritoras do Brasil*, 2021).

A citação acima, retirada da primeira orelha da obra *Opúsculo Humanitário* de Nísia Floresta, e reproduzida em outras obras, se justifica na medida em que aponta ao público leitor um dos grandes objetivos da edição e publicação dessas obras: valorizar a atividade literária e o pensamento da mulher brasileira na construção da história de seu país, disciplina essa sempre pensada e dominada pelo pensamento masculino. Além disso, a Coleção *Escritoras do Brasil* traz à luz títulos pouco ou nada conhecidos, mesmo dos leitores mais especializados, tais como:

- 1) *A mulher moderna*, de Josefina Álvares de Azevedo (primeiro volume da coleção)
- 2) *Ânsia eterna*, de Júlia Lopes de Almeida
- 3) *Opúsculo Humanitário*, de Nísia Floresta (terceira edição revista e aumentada)

- 4) *Mármore*, de Francisca Júlia da Silva
- 5) *A judia Raquel*, de Francisca Senhorinha da Motta Diniz e sua filha A. A. Diniz.
- 6) *Cancros sociais*, de Maria Ribeiro
- 7) *Um drama na roça*, de Carmen Dolores
- 8) *Dálias*, de Auta de Souza
- 9) *A Infanta Carlota Joaquina*, de Chrysanthème (pseudônimo de Cecília Moncorvo Bandeira de Mello Rebello de Vasconcellos)
- 10) *Cantigas das crianças e do Povo e Danças Populares*, de Alexina de Magalhães Pinto
- 11) *Aventuras de Diófanes*, de Teresa Margarida da Silva e Orta

Reunindo os gêneros ensaio, romance, conto, teatro e poesia, a coleção é bastante diversa e permite a nós, leitoras e leitores, tomarmos conhecimento não apenas de obras esquecidas, bem como dados sobre a vida das autoras e suas trajetórias literárias, além de textos críticos e notas sobre as edições. A ideia da coleção nasceu em 2018, fruto de um projeto aprovado e implementado pelo Conselho Editorial da Biblioteca do Senado Federal, coordenado pelas bibliotecárias pesquisadoras Mônica Almeida Rizzo Soares e Maria Helena de Almeida Freitas, que contaram na equipe com outros bibliotecários da Biblioteca do Senado Federal. Segundo Rizzo Soares e Freitas, o projeto nasceu:

a partir da percepção da inexistência editorial da maioria dos textos escritos por mulheres brasileiras no século XIX. Mas, além da falta de novas edições, chamou a atenção do grupo a inexistência dessas escritoras nas antologias, nas obras de história da literatura brasileira e, conseqüentemente, nas escolas e nos exames de admissão para universidades. As autoras brasileiras do século XIX (...) foram sumariamente esquecidas e riscadas do mapa cultural brasileiro, embora tenham publicado importantes obras, não somente literárias, e tenham sido festejadas nos meios literários e jornalísticos brasileiros e, por vezes, europeus. (Rizzo Soares e Freitas, 2022, p.60).

Como se trata de um projeto em andamento, além daqueles nove títulos anteriores, o projeto prevê a reedição de outras escritoras. Vale mencionar ainda que todas as obras

da Coleção Escritoras do Brasil estão disponíveis em PDF para *download* e podem ser também adquiridas de forma impressa a preços módicos.

Como se vê, esse projeto soma-se a um movimento contemporâneo bastante potente de resgate e valorização de obras e autoras que acabaram pouco ou nada conhecidas do público leitor em diversas esferas. Não por acaso, várias outras iniciativas de valorização do papel da mulher no universo das letras têm sido alavancadas nas primeiras décadas do século XXI, a exemplo dos clubes de leitura dedicados à leitura e discussão de obras literárias produzidas apenas por mulheres não só no Brasil, mas em várias partes do mundo. Aqui, o “Leia Mulheres”² foi inspirado no intento da autora e ilustradora inglesa Joanna Walsh, que criou em 2014 a *hashtag* #readwomen2014 com vistas a ampliar seu contato com a produção literária de mulheres pelo mundo afora. Em 2015, Juliana Gomes, no Brasil, convidou duas amigas leitoras para darem início a um projeto de clube de leitura só de obras de autoria de mulheres que teve início em São Paulo e, felizmente, acabou se espalhando por todo o país; hoje o clube “leia mulheres” tem nichos espalhados também em outros países.

Outro empreendimento cada vez mais comum no campo editorial tem sido a criação não apenas de coleções e selos internos dedicados apenas a obras escritas por mulheres, mas também livrarias que se dedicam exclusivamente à venda dessas obras, a exemplo da *Livraria Gato sem Rabo*, “uma livraria independente, na cidade de São Paulo, que reúne uma cuidadosa seleção de livros escritos por mulheres em diversas áreas do conhecimento” (Rizzo Soares e Freitas, 2022, p. 63). Tais espaços costumam promover ciclos de debates, presenciais ou *on-line*, sobre temáticas envolvendo o universo das mulheres, tais como a maternidade, saúde física e mental, a vida amorosa e sexual, financeira, intelectual, além de outros tópicos com vistas à valorização da mulher na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, vale lembrar muito recentemente a decisão, que gerou bastante polêmica, levantada por um dos maiores vestibulares do país ao escolher uma lista obrigatória de leitura contendo apenas livros de mulheres autoras de língua portuguesa, brasileiras e estrangeiras, do século XIX ao XXI. O argumento apresentado pela fundação que organiza o vestibular é claro: dar voz e olhos, de 2026 a 2028, não apenas a personagens femininas na literatura, mas sobretudo ao papel da mulher escritora. Como

² A respeito, consultar <https://leiamulheres.com.br>

se sabe, a lista de leitura obrigatória para os grandes vestibulares tem um impacto direto e significativo na educação escolar, pois acaba influenciando diretamente o conteúdo programático das aulas de língua portuguesa e literatura, além de fazer a sociedade, pelas lentes do mercado editorial, prestar a devida atenção ao que se lê e se discute dentro e fora dos muros da escola e da universidade. Não por acaso, Nísia Floresta, Narcisa Amália e Júlia Lopes de Almeida, autoras não canonizadas e apenas recentemente reeditadas, compõem a lista. Esperamos assim que o resgate dessas autoras, cujas vozes agora são ouvidas e lidas não apenas por acadêmicos, mas sobretudo por jovens leitores, ajude a impulsionar ainda mais a valorização da escrita de mulheres no Brasil.

Iniciamos o presente artigo apontando a disparidade entre o passado e o presente no que se refere a autoras brasileiras esquecidas pela historiografia e crítica literárias. Tanto o nome de Maria Firmina quanto o de Júlia Lopes hoje estão espalhados em inúmeras reedições de suas obras, além de artigos, capítulos de livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidos no Brasil e em outros países. São autoras homenageadas em eventos literários e objeto de desejo de muitos editores e leitores, assim como o são tantas outras mulheres escritoras que escreveram durante os séculos XIX e XX, mas apenas nos últimos anos têm tido suas obras recuperadas e valorizadas. Ao longo de nossa discussão, procuramos mostrar também, tomando como base o artigo da pesquisadora Constância Lima Duarte sobre o feminismo e literatura no Brasil (Duarte, 2003), que muito provavelmente todas as mudanças sociais envolvendo a atuação das mulheres em diferentes setores da sociedade contribuíram para o que temos hoje, ou seja, projetos que visam lhes conceder o justo protagonismo no campo literário. Em seu artigo, Constância Lima Duarte conclui afirmando com bastante razão que:

Apesar de tantas conquistas nos inúmeros campos do conhecimento e da vida social, persistem nichos patriarcais de resistência. Basta que lembremos do salário inferior, da presença absurdamente desigual de mulheres em assembleias e em cargos de direção, e da ancestral violência que continua sendo praticada com a mesma covardia e abuso da força física. (Duarte, 2003, p. 168).

Em mais de vinte anos, infelizmente, suas críticas ao patriarcado continuam válidas e seguem bastante atuais. Um exemplo foi a chuva de argumentos que caiu sobre a decisão por uma lista de vestibular apenas com obras escritas por mulheres, além da recorrente perseguição que algumas obras literárias continuam sofrendo em escolas por parte de pais e/ou diretores inclinados à censura ao que acreditam serem vozes femininas

e feministas atentando contra a tradição, família e propriedade. Por tudo isso e tantas outras formas de violência, acreditamos nas políticas públicas de valorização dos direitos amplos, irrestritos e igualitários às mulheres. Nesse sentido, ler, estudar e dar protagonismo à literatura escrita por mulheres não deixa de ser também uma forma de resistência.

REFERÊNCIAS

BARROS, Carolina. **A imprensa no Brasil feita por mulheres e para mulheres e a importância de Juana Manso nos periódicos oitocentistas femininos e feministas**. Revista Interfaces. Vol. 15, número 1, 2024.

COELHO, Mariana. **A Evolução do Feminismo. Subsídios para sua história**. 2ª edição. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

DUARTE, Constância Lima (org). **Feminismo e literatura no Brasil**. Estudos Avançados 17 (49), 2003.

COELHO, Mariana. **Imprensa Feminina e Feminista no Brasil. Dicionário Ilustrado**. Volume 1. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

COELHO, Mariana. **Imprensa Feminina e Feminista no Brasil. Dicionário Ilustrado**. Volume 2. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

COELHO, Mariana. **Memorial do Memoricídio. Escritoras brasileiras esquecidas pela história**. Volume 1. Coleção Precursoras. Belo Horizonte: Editora Luas, 2022.

COELHO, Mariana. **Senhoras de Minas Gerais (1885-1932)**. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2018.

MUZART, Zahidé Lupinacci “Feminismo e literatura ou quando a mulher começou a falar” IN: MOREIRA, Maria Eunice (org.). **História da Literatura, teorias, temas e autores**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 2003.

SABINO, Ignez. **Mulheres Ilustres do Brasil**. Santa Catarina: Editora das Mulheres, 1996.

SOARES, Mônica A. Rizzo; FREITAS, Maria Helena A. Coleção Escritoras do Brasil: Uma nova conspiração das saias. In: **Equidade de Gênero no Senado Federal. Um relato da mudança da cultura organizacional por meio da ação gerencial**. Brasília: Senado Federal, 2023.